

Para cardeal, País está inquieto com Constituinte

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O cardeal d. Eugênio Sales advertiu ontem, no Rio, que é "indisfarçável o mal-estar que representou para o País o trabalho até agora realizado pela Assembleia Nacional Constituinte" e lamentou que as milhões de assinaturas recolhidas nas emendas populares valham menos que "alguns manifestantes barulhentos e aguerridos".

Em sua mensagem radiofônica semanal *Voz do Pastor*, o cardeal-arcebispo do Rio considerou "lamentável" o fato de terem desaparecido os embargos, até então existentes, que proibiam a prática do "nefando crime do aborto" e elogiou a manutenção do preceito que assegura a liberdade do ensino à iniciativa privada.

É a seguinte a íntegra do pronunciamento de d. Eugênio Sales:

"O Brasil tem vivido os últimos meses com as atenções voltadas para a elaboração da nova Carta Magna. Após a publicação do projeto de Constituição — substitutivo do relator (2º), de setembro, é indisfarçável o mal-estar que representou para o País o trabalho realizado até agora. Não me refiro ao presidente ou ao relator da Comissão de Sistematização, mas aos frutos alcançados. Anos atrás, diante da grande euforia e imensa expectativa de transformar a Constituinte numa panacéia universal, eu havia feito uma advertência, justamente para evitar a decepção. Infelizmente, está além do que eu previra. Queira Deus que no tempo que nos resta, emendas inteligentes e salvadoras, inclusive em plenário, sejam aprovadas e aperfeiçoamentos introduzidos, no sentido de ser obtido, ao final, um texto à altura de um promissor futuro para o Brasil.

Tudo o que prejudica a dignidade do Poder Legislativo é nocivo ao bem comum. Prestigiá-lo, compete ao povo. Mas, antes de tudo, aos próprios integrantes.

Começou-se da estaca zero, com desconhecimento ostensivo do subsídio preparado pela Comissão Afonso Arinos, nomeada pelo próprio presidente da República. Assim, no primeiro projeto, o relator apenas pôde compilar as contribuições das 24 subcomissões, alinhavadas com dificuldade pelas oito comissões temáticas. E uma delas fracassou, pela intransigência de uma minoria, movida por entres ideológicos.

A sociedade, ansiosa por participar, foi oferecida a possibilidade de apresentar emendas, com mais de 30.000 assinaturas. Quase 15.000.000 foram levadas à Comissão de Sistematização. O documento, atualmente em discussão, parece refletir muito mais a eficácia de grupos de pressão no Congresso — até de forma descabida — que a resposta aos grandes anseios nacionais. Quinze milhões de cidadãos, em alguns itens, como o aborto e a família, valem menos que alguns manifestantes barulhentos e aguerridos.

Como pastor e como cidadão, não posso furtar-me ao dever de exprimir, com clareza, meus pontos de vista.

Enalteço a proteção divina, no preâmbulo do texto. Diz ele: "Os representantes do povo brasileiro, reunidos, sob a proteção de Deus, em Assembleia Nacional Constituinte. Nossa população, de maioria católica, reporta sua vida e suas esperanças ao pai comum. Teria sido uma traição a este profundo sentimento religioso do povo suprimir o nome de Deus na futura Constituição. Aos arautos dessa agressão faltou-lhes grandeza para respeitar, em uma democracia, a quase totalidade desta Nação.

Atribuo o devido mérito à preocupação de introduzir nos objetivos fundamentais do Estado a erradicação da pobreza e das desigualdades sociais e regionais, bem como a supressão de todas as formas de discriminação. Lemos no artigo terceiro, parágrafo dois: "Erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais". E adiante: "Promover a superação dos preconceitos de raça, sexo, cor, idade e de outras formas de discriminação".

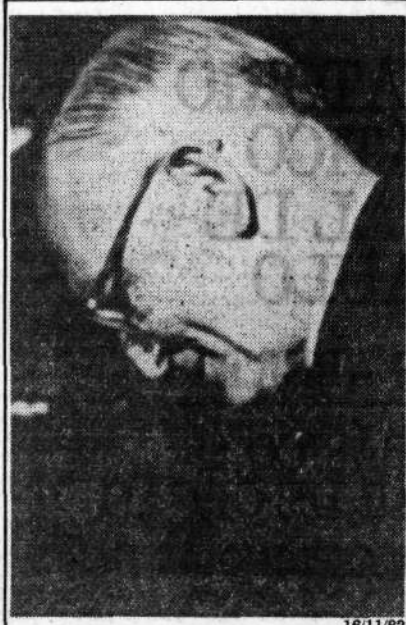
Considero, entretanto, lamentável que, na declaração de direitos individuais tenha sido omitida uma referência explícita ao direito à vida. Em consequência, desaparece o embargo constitucional a todas as práticas do nefando crime do aborto.

Caso não seja modificado, o sangue dos inocentes marcará indelevelmente a consciência dos parlamentares favoráveis ao extermínio de seres

humanos, quando indesejáveis, por egoísmo.

No tocante à educação, o artigo 233 assim reza: "A educação, direito de cada um e dever do Estado, será promovida e incentivada, com a colaboração da família e da comunidade". Valorizo, também, a defesa do "pluralismo de idéias e de instituições de ensino, públicos e privados" (artigo 233, parágrafo 3), como base do artigo 235, que assegura a liberdade do ensino à iniciativa privada. O artigo 240 dá consistência a esse dispositivo, permitindo, em plena justiça, o repasse de verbas a escolas confessionais, filantrópicas e comunitárias. Realmente, os recursos disponíveis não são propriamente públicos, mas são daqueles que têm a prerrogativa de exigir o tipo de educação que desejam para seus filhos.

O parágrafo 2 do artigo 236 mantém o ensino religioso como matéria dos horários normais dos educandários públicos de ensino fundamental. Infelizmente, porém, deixa como facultativa a matrícula nesta disciplina. Quero enfatizar a gravidade dessa decisão, que negará a muitas crianças a única oportunidade na vida de receber um valioso elemento formador da personalidade. Em uma época caracterizada por tantos descalabros, o País elabora sua Constituição relegando a segundo plano um dos fatores mais importantes na educação de sua infância e juventude. Não é apenas interesse do credo religioso, mas da nacionalidade como tal. Para sobreviver, com dignidade, o Brasil necessita que as gerações possuam e incorporem às suas existências os indispensáveis ensina-



D. Eugênio Sales

mentos morais e espirituais, segundo a crença de cada aluno.

Dou pleno apoio à proteção da pessoa contra a "exibição e veiculação de programas, de mensagens comerciais, do rádio e da televisão, que utilizem temas ou imagens que atenuem contra a moral e os bons costumes e incitem à violência" (artigo 249, parágrafo 1).

Repudio com veemência a dissolução do matrimônio, consagrada nos parágrafos 2 e 3, do artigo 256. Lamentavelmente, a Constituição não reconhece a família como tal, sujeito de direitos mas, num recuo a um liberalismo superado, atribui ao Estado ou assistência à família, na pessoa dos seus membros" (parágrafo 5 do mesmo artigo), como se o bem da mesma fosse o resultado da soma de prerrogativas, por vezes conflitantes, de seus membros.

Tive oportunidade de ouvir, no recente IV Congresso Internacional sobre o Pensamento de João Paulo II — A Família, promovido pela Arquidiocese do Rio há poucos dias, renomados especialistas na matéria, vindos do País ou do estrangeiro, provarem à saciedade, não só o valor da família como fundamento da Pátria e da religião, mas a falsidade e mesmo a mentira de tantas informações veiculadas contra a indissolubilidade matrimonial.

Estas considerações não são de um político, mas de um pastor. E elas se referem a uma Constituição que será a lei fundamental a reger a vida da nação brasileira. E nesta mesma sociedade estão inseridos os que praticam sua fé religiosa. Ainda resta tempo para emendar falhas graves. Isso, contudo, só será obtido se, da parte dos bons, houver, ao menos, a coragem igual à audácia dos inimigos do Evangelho de Jesus Cristo.

Confiemos à Virgem Aparecida, padroeira do Brasil, nossa futura Constituição.

UDR insiste no 'levantamento de competência'

AGÊNCIA ESTADO

O "levantamento de competência" será realizado pela UDR, outras entidades civis e a maioria "trabalhadora" do País, se a Comissão de Sistematização da Constituinte aprovar artigos considerados verdadeiras "aberrações" por esses segmentos da sociedade, afirmou ontem, em *Belo Horizonte*, o presidente nacional da União Democrática Ruralista, Ronaldo Calado. Entre os temas considerados absurdos por Calado estão a imissão de posse de terras desapropriadas, em 90 dias; estatização da medicina; estabilidade no emprego e limite de 40 horas de trabalho semanais.

Para o presidente da UDR, que esteve em Belo Horizonte para participar de um leilão de mil bois, a Comissão de Sistematização não espelha o perfil da Constituinte. Diante do esboço da nova Constituição, Calado disse não ter dúvida de que a maioria trabalhadora nacional não aceita esta mediocridade e fará uma "mobilização pacífica e ordeira".

O líder ruralista criticou duramente o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, e o líder do PMDB, senador Mário Covas: "O primeiro, com o anteprojeto de imissão de posse, imagina que somos corretores de fazendas. E o segundo tenta nos fazer de idiotas, colocando autoritariamente os 24 relatores das subcomissões".

Sobre a crise política que o País atravessa, comentou que é pura incompetência a indecisão do governo.

SEM TERRA

Apoiado pelos setores da ala progressista da Igreja, especialmente a Comissão Pastoral da Terra, o Movimento Nacional dos Agricultores Sem Terras pretende promover, a partir de amanhã até o dia 8, uma série de manifestações em Brasília, para pressionar os constituintes a manter, no projeto da Comissão de Sistematização, a imissão imediata de posse das terras para fins de reforma agrária. A informação foi dada ontem, em *Porto Alegre*, por um dos coordenadores do movimento, padre Otávio Klein.

Estabilidade, tema ainda sem acordo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Não há nada estável no mundo. Nem o casamento é indissolúvel", afirmou ontem o presidente da Fiesp, Mário Amato, após reunião com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e líderes do PMDB, para debater a questão da estabilidade na Constituição. Amato levou ao PMDB a posição das federações da Indústria de São Paulo, do Rio de Janeiro e da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em favor da proposta de emenda popular de iniciativa das indústrias do Rio Grande do Sul, que prevê o pagamento de indenização progressiva e proporcional ao tempo de serviço aos empregados demitidos.

Participou da reunião o presidente da CNI, Albano Franco, que afirmou ser objetivo do encontro negociar uma "saída conciliatória" para a aprovação de uma relação "moderna" entre empregados e empregadores, sem "tirar a liberdade do empresário". Também participaram o presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, Arthur Donato, os líderes do PMDB na Constituinte, Euclides Scalco e Fernando Henrique Cardoso, senador José Richa (PR) e os deputados José Serra (SP) e Nelson Jobim (RS).

Mário Amato explicou, na saída, que foram analisadas as diversas propostas até agora apresentadas à Constituinte, com o objetivo de "elaborar um trabalho para proteger o empregado em harmonia com o empregador". Amato explicou que não se chegou a nenhuma decisão sobre o assunto, mas que espera do poder político uma solução. "Nós mostramos os diversos caminhos", salientou.

Indenização, agora 'justa e prévia'

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Comissão de Sistematização reiniciou os trabalhos ontem à tarde com a discussão e votação dos destaques apresentados ao parágrafo 35 do art. 5º do substitutivo, que enunciando o direito de propriedade, acabou sofrendo apenas uma alteração: incluiu-se a expressão "prévia" antes de "justa indenização".

O parágrafo ficou assim: "A propriedade privada é assegurada e protegida pelo estado. O exercício do direito de propriedade subordinase ao bem-estar da sociedade, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização. Em caso de perigo público iminente, as autoridades competentes poderão usar propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ul-

terior, se houver dano decorrente desse uso."

Dos 28 pedidos de destaque para esse dispositivo, apenas três foram votados. Os demais ou foram retirados, ou considerados prejudicados devido à ausência de seus autores. Mesmo assim, as discussões e votações duraram mais de duas horas. O líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, defendeu emenda dividindo a propriedade em dois grupos: a de uso pessoal ou familiar, que mereceria ampla proteção, e as demais, sujeitas a desapropriação. Sua emenda foi derrotada por 68 votos contra 23. Foi também derrotada por 61 votos contra 23 a emenda do deputado Amury Müller (PDT-RS) estabelecendo que a lei disciplinaria a aquisição, o uso e os limites da propriedade. Só passou mesmo a expressão "prévia", que constava de emenda do deputado José Egreja (PTB-SP), defendida pelos deputados Gastone Righi (PTB-SP) e Pimenta da Veiga (PMDB-MG). Este disse que não pro-

cedia a preocupação de alguns setores em relação às desapropriações por motivo de reforma agrária, porque estas são tratadas especificamente pelo art. 210 do substitutivo, o qual estabelece o pagamento com títulos da dívida agrária.

A votação do parágrafo 37 do mesmo artigo 5º, que garante o direito de herança, foi uma das mais demoradas, mas a comissão não aceitou nenhuma alteração no texto original. Entre as emendas rejeitadas estava a do deputado Brandão Monteiro, que pretendia fazer constar a obrigatoriedade de imposto progressivo sobre as heranças.

Como têm feito desde o início das votações na Sistematização, deputados do PMDB, PDT, PT e PC do B reuniram-se pela manhã para analisar os destaques e votar unitariamente. Segundo o deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ) tanto os progressistas quanto os conservadores atuam da mesma maneira: acertam-se antes e votam unidos.

Irresponsabilidade

MENDES RIBEIRO

Sê anônimo quando praticares o bem. Estarás sendo forte. Jamais quando existir a mínima possibilidade de prejudicar alguém. Então, assume. Ou serás covarde.

A proibição da censura e do anonimato tem merecido, de alguns setores influentes da imprensa, duras críticas. Bernardo Cabral, sou testemunha, sofreu pressões para retirar do texto as vedações. Não cedeu. Fez bem. Muito bem.

A proposição veio da subcomissão. Passou pela Comissão Temática. Passou na Sistematização. Terá guarida no plenário. Duvido alguém defender quem se esconde para destinar.

Não há como alardear correta a libertação da responsabilidade. Muito menos as famosas "fontes bem informadas". Preservá-las é um direito do comunicador. Entretanto, assume, sem se esconder na nada, as consequências.

Por que temer o fim do anonimato? A famosa informação em off é, sempre, temeridade de quem dá. E, em alguns casos, levar a sério, irresponsabilidade de quem recebe. Da fonte, é sempre. Do comunicador, às vezes. Quem diz alguma coisa para ser divulgada, com a preocupação de se esconder como origem, tem o rabo preso, não quer se comprometer, comete in-

confidência ou, pior, não deveria falar e tem medo. A quem recebe resta uma obrigação primária: testar. Testando, investiga. Investigando, vai a outras fontes. Tendo mais de uma, transforma a notícia em off em informação de sua responsabilidade. Logo, assume, por maior razão.

O fim de censura se dá em nome da liberdade. Liberdade não é anarquia. Muito menos licenciosidade.

Termina a unilateralidade de dizer sem a possibilidade contradita. Daí outro cuidado. A proporção do direito de resposta, nunca respeitado. Isso não impossibilita o bom jornalista. Freta o lado ruim que qualquer profissional tem. A minha também. Somos humanos, não somos?

É, de igual sorte, atinda na posição originária — e acolhida — a preservação da vida íntima das pessoas e da imagem.

Ninguém tem o direito de, pela janela, fotografar alguém nu e colocar sua foto no jornal. Ou, em nome da inexistente liberdade, tentar desgrenhar uma figura, seja ela qual for, farsean-

do, distorcendo, insinuando. O cuidado da indenização proporcional ao dano é a penalidade. Pagar pelo mal causado.

Quem defende a licenciosidade? Sou tão cioso de direitos que, jornalista profissional registrado há 15 anos, lirei a faculdade competente quando exigida. Defendo a manutenção do diploma. Também é minha a sugestão de o Congresso examinar as concessões de rádio e televisão, incluídas no acordo e, depois, no substitutivo. Tudo seria e será em vão se for natural criticar sem conhecimento de causa. Atrair apenas ao ar. Recusando a contrapartida de juntar uma por uma e indenizar o tempo em que o transgressor fez falta. Ou a impossibilidade de devolver todas elas.

O Congresso está-se dando respeito. Só. E não basta?

O exemplo de O Estado de S. Paulo é definitivo. Fez a mais grave denúncia dos últimos anos. O Globo secundou a informação. Porém, o diretor Julio de Mesquita veio à Comissão de Inquérito e assumiu a responsabilidade e a tarefa de provar a autenticidade já provada pela omissão e pelo silêncio dos acusados...

O jornalista verdadeiro detesta o anonimato. Não admite irresponsáveis. Mendes Ribeiro é deputado federal pelo PMDB do Rio Grande do Sul